



Plano decenal prevê energia ainda mais poluente

Síntese: *O plano para expansão da geração de energia no país pelos próximos dez anos projeta aumento expressivo da utilização de combustíveis fósseis, não-renováveis e altamente poluentes. A matriz energética nacional passará a contar com maior peso da produção em termelétricas, que, além de ser mais agressiva ao meio-ambiente, custa mais caro. Com isso, as usinas brasileiras passarão a despejar quantidades crescentes de gases causadores de efeito-estufa na atmosfera. O mais grave é que os números conhecidos até agora podem estar subdimensionados. O próprio governo admite que as emissões podem ser multiplicadas por cinco até 2017.*

No apagar das luzes de 2008, mais precisamente no dia 24 de dezembro, o Ministério de Minas e Energia pôs em consulta pública um documento que traça as diretrizes para a expansão da geração de energia no país pelos próximos dez anos. Pareceu, com isso, tentar fazer com que o conteúdo do texto passasse despercebido – até porque o prazo dado para apresentação de sugestões e críticas à proposta é exíguo e vai apenas até o próximo dia 30. Mas o procedimento não conseguiu esconder a equivocada opção por um modelo baseado em energia mais cara e poluente para a sociedade brasileira, que salta aos olhos a partir da leitura das 766 páginas do plano decenal.

Pelas projeções oficiais, a expansão do parque gerador irá basear-se preponderantemente na instalação de novas usinas termelétricas movidas a carvão, óleo e gás – todos combustíveis fósseis, não-renováveis e altamente poluentes. Isso irá representar maior emissão de gases causadores de efeito-estufa: estima-se que a quantidade lançada na atmosfera pelo país irá passar de 14,4 milhões de toneladas em 2008 para 39,3 milhões de toneladas em 2017.

Pelo que consta do documento, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, órgão oficial de planejamento do setor no país, serão instaladas 81 novas usinas térmicas em território nacional nos próximos dez anos. Dessas, 41 são movidas a óleo combustível, 20 a diesel, 8 a gás natural, 7 a biocombustíveis, 4 a carvão e 1 a gás de processo. Juntas terão capacidade de gerar 13.685 MW. Hoje há 77 térmicas instaladas no país, capazes de produzir 15.445 MW.

Itaipu da poluição

Por seus impactos negativos na qualidade do ar, tal expansão já está sendo chamada de “Itaipu da poluição”, uma vez que representa capacidade de geração equivalente ao da gigantesca hidrelétrica do rio Paraná. Fonte altamente danosa ao meio ambiente, o óleo combustível será a matéria-prima cujo uso terá o maior crescimento no período: as térmicas que empregam tal insumo terão sua capacidade de geração aumentada em cinco vezes. Com isso, quase 6% da nossa matriz energética passará a provir desta fonte – hoje são 0,9%.

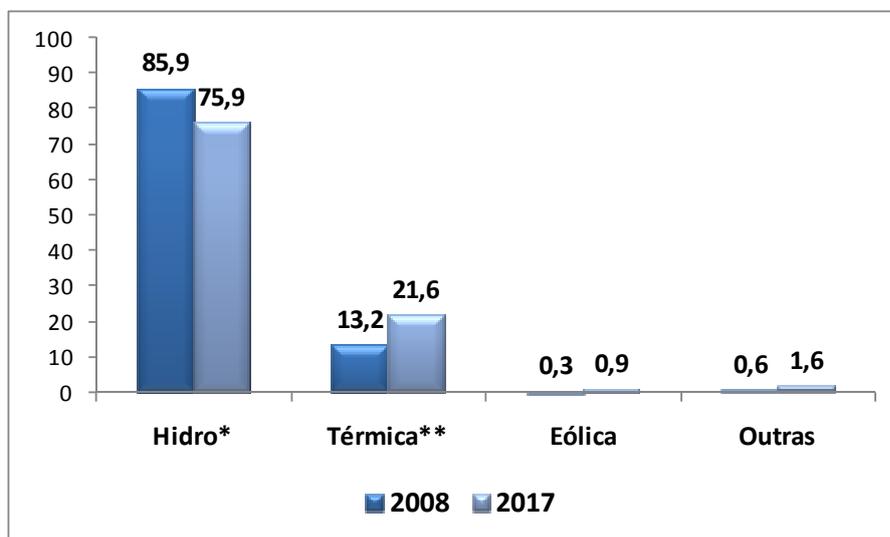
O novo plano de expansão preparado pelo governo Lula caminha na contramão dos rumos que segue o resto do mundo. Busca-se cada vez mais limitar o uso de combustíveis fósseis e não-renováveis, ao mesmo tempo em que se tenta gerar cada vez mais energia de fontes limpas. No Brasil será diferente: o planejamento federal prevê reduzir a participação da energia hidroelétrica de 86% para 76%. É tudo o que qualquer governo comprometido com a melhoria do bem-estar global não faria.

A opção pela energia suja anula boa parte de alguns esforços que veem sendo empreendidos para limitar as emissões de poluentes no país, como é o caso da política de adição de biocombustível ao diesel convencional. Além disso, o novo planejamento energético contradiz o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, divulgado pelo governo Lula em dezembro, com previsão de metas internas de redução de desmatamento e incentivo ao uso de fontes de energia renováveis.

A vigorosa expansão da geração termelétrica, porém, não é nova: do período 1998-2002 para 2003-2007, a média de energia produzida a partir desta fonte cresceu 58%. Em contrapartida, a média anual de hidrelétricas aprovadas pela Aneel caiu pela metade no mesmo intervalo. Com os novos impulsos dados pelo atual planejamento, daqui a dez anos as fontes térmicas passarão a responder por 22% da energia gerada no país, ante os 13% atuais.

O plano também prevê a construção de 71 novas usinas hidrelétricas até 2017. Percentualmente, porém, sua capacidade de geração crescerá apenas 40% ao longo do período, enquanto a das usinas a carvão, óleo e gás será expandida em 122% no decênio. Para piorar, as térmicas a gás natural (mais limpo entre os combustíveis fósseis) terão seu peso no parque termelétrico reduzido de 49% para 33%.

Fontes de geração (em % da matriz elétrica)



*Inclui PCH. **Contempla gás natural, carvão, nuclear, óleo combustível e diesel.

Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017/Empresa de Pesquisa Energética.

Ar ainda mais sujo

O mais grave é que a situação resultante do novo planejamento oficial para o setor elétrico pode ser ainda pior do que o divulgado até agora. No mesmo relatório admite-se que mais da metade das novas usinas hidrelétricas

previstas (36 de um total de 71) têm possibilidade de atrasar em razão de dificuldades para obter o licenciamento ambiental.

Usando premissas conservadoras, os técnicos do governo concluem que esta energia (que perfaz 14 mil MW) terá de ser substituída pela gerada em térmicas, ou seja, será preciso queimar ainda mais combustíveis fósseis para garantir o suprimento. O resultado é que, com isso, a emissão de gases de efeito-estufa deverá atingir 75 milhões de toneladas anuais em 2017 e não apenas os 39,3 milhões tão alardeados quanto lamentados. Isso significa que estaremos multiplicando por cinco, e não "apenas" triplicando, a média atual de emissão de poluentes pelas usinas.

Além de suja, a opção pelas fontes fósseis encarece a conta de luz paga pelos consumidores. Um exemplo: segundo a Aneel, o acionamento de térmicas em razão da falta de chuvas no ano passado elevou os custos do sistema em R\$ 1,7 bilhão, que estão sendo repassados para as faturas. O possível atraso na entrada em atividade das hidrelétricas previsto no plano decenal custará mais R\$ 2 bilhões para a operação do sistema ao longo da década.

Mais discussão em busca de alternativas

Não se pode dizer que não haja alternativas menos danosas para assegurar o fornecimento de energia pelos próximos anos. Entre as ações estão medidas para aumentar a eficiência do sistema brasileiro, cujo índice de perdas é muito alto: 17% de tudo o que as usinas produzem.

O uso de fontes alternativas limpas e abundantes no país também seria desejável. Há estudos que sustentam que o Brasil poderia gerar 27 mil MW a partir de biomassa – resíduos de cana, madeira e outros produtos agrícolas. Já o potencial eólico ainda é praticamente ignorado entre nós: o plano oficial prevê aproveitamento adicional de pouco mais de 1.400 MW no próximo decênio, ou cerca de 1% do potencial nacional. Pesquisas feitas pela Eletrobrás indicam que a complementaridade entre usinas hidrelétricas e eólicas, principalmente no Nordeste, poderia reduzir bastante o custo de geração a partir dos ventos.

O mais importante agora é expandir o debate com a sociedade para que se evite que o país trilhe um caminho divergente em relação à agenda do novo milênio. Para tanto, é preciso que o governo Lula amplie os prazos para manifestação dos interessados em tentar remediar o plano decenal. Com nosso imenso potencial hidrográfico, que permite fazer com que o país seja apenas o 42º entre os maiores emissores per capita de CO₂ do planeta, é possível continuar a produzir energia barata e limpa, com ganhos econômicos e ambientais para toda a sociedade. (A íntegra do plano está disponível em www.epe.gov.br/PDEE/Forms/EPEEstudo.aspx. Quem quiser fazer críticas e sugestões deve enviá-las para pde2017@mme.gov.br.)



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3224-5282. Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br